

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

SERRA DO MEL, UM PROJETO DE “VIDAS”:

O Impacto do Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel no
Cotidiano das Famílias Assentadas.

LÍLLYAN PEREIRA DE LIMA

Natal/RN
Julho de 2003 .\

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
LÍLLYAN PEREIRA DE LIMA

SERRA DO MEL, UM PROJETO DE “VIDAS”:

**O Impacto do Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel no
Cotidiano das Famílias Assentadas.**

Monografia apresentada ao Curso de História, com habilitação em Licenciatura e Bacharelado, do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador?

Natal/RN
Julho de 2003

À minha irmã, que em todos os momentos foi
minha melhor amiga e companheira ao longo dessa
importante etapa de minha vida.

Ao meu noivo, também companheiro
incansável.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 - À GUIA DE “NOVOS TEMPOS”: O PROJETO SERRA DO MEL E A SUA HISTÓRIA	07
CAPÍTULO 2 - A TRANSIÇÃO ENTRE O REAL E O IDEAL: A CHEGADA DOS COLONOS A SERRA DO MEL	17
CAPÍTULO 3 - A CONSTRUÇÃO DE UM SONHO: A ADAPTAÇÃO DOS COLONOS A “NOVA REALIDADE”	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
BIBLIOGRAFIA	37
ANEXOS	40

INTRODUÇÃO

“A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social. (...) As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam .”

Agnes Heller

Partindo do pressuposto de que a vida cotidiana, com todas as suas “nuances” e peculiaridades, é parte integrante do acontecer histórico e como tal assume um papel de incontestável importância na construção do conhecimento histórico o presente trabalho tem por objetivo analisar **os impactos do Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel no cotidiano das famílias assentadas.**

O aludido Projeto de colonização foi idealizado durante a gestão do governador Cortez Pereira (que compreende os anos de 1971 a 1974). Nesse período foi, também, iniciada a sua implementação com a ocupação das cinco primeiras vilas: Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – na região das Serras do Mel e do Carmo no estado do Rio Grande do Norte.

O nosso foco de análise se concentra no período compreendido entre 1973~~o~~, quando chegam as primeiras famílias ao Projeto, e 1974~~o~~, quando termina ~~o~~ o mandato do governador José Cortez Pereira e os estímulos e ~~a~~ assistência governamentais, que haviam sido vitais à continuidade do Projeto, são radicalmente diminuídos.

Quanto à delimitação espacial nos restringimos à vila Paraná pelos seguintes motivos: as dimensões do Projeto¹, que tornava sua investigação extremamente complexa, já que apresentavam distintas realidades de implementação e colonização; a proximidade das cinco primeiras vilas, que surgem em um mesmo contexto e período, da realidade almejada pelo Projeto original; o fato da Vila Paraná ter sido a primeira a ser colonizada; e por fim, a necessidade de trabalharmos apenas com o período que compreendeu o governo Cortez Pereira.

Os primeiros anos da década de 1970 se distinguem, com relação às políticas públicas para o setor rural, como um período de consolidação do discurso desenvolvimentista e da adoção – por parte dos governantes nordestinos – das idéias defendidas pelos baluartes do Desenvolvimento Rural Integrado. No caso potiguar, estes posicionamentos, assumidos pelos governantes, desenham o que Tinoco² denominou de “desenvolvimento de uma economia pautada em novos e inusitados projetos agrícolas”. Dentre estes denominados “novos e inusitados projetos” inclui-se o **Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel** que se configurava em um monumental e ousado Projeto, desenvolvido pelo então governador, que deveria figurar como marco inicial da política de reestruturação econômica do setor agrícola do Rio grande do Norte.

A citada política de reestruturação agrícola, em torno da qual girava a então política administrativa do estado, tinha como meta a implementação de cinco vultuosos projetos agro-industriais rurais que permitiriam solucionar, segundo o discurso de seus idealizadores, os problemas econômico-sociais do Rio Grande do Norte. Dentre os visionários projetos agrícolas idealizados pelo governo Cortez, o Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel foi um dos poucos – mesmo constituindo-se em um dos mais vultuosos – a ser efetivamente concretizado. Este fato, somado as peculiaridades próprias do Projeto (extensão geográfica, ousadas metas a que se propunha, ⁹ minuciosidades de sua estrutura e rapidez extrema de implementação) destaca-o em meio às ações e projetos governamentais do período. Assim

¹ O projeto comportava em sua estrutura original 22 vilas mais 1 vila administrativa, que ocupavam uma área de 61.450 ha.

sendo, dois aspectos foram essenciais ao optarmos pelo tema aqui estudado: as peculiaridades próprias do Projeto e a atípica situação por este imposta às famílias assentadas, que do dia para a noite, e de forma "meteórica", passaram a ter que se habituarem à experiência de uma "nova realidade", totalmente diferente (e previamente planejada pelos idealizadores do Projeto) da que haviam vivenciado até então os "recém colonos" a Serra do Mel.

Ao nos propormos a trabalhar esse tema nos deparamos com a necessidade de buscar trabalhos que pudessem com ele se relacionar. Assim, através de um levantamento sobre os trabalhos disponíveis relacionados ao tema, chegamos a seis títulos³ dentre os quais tivemos acesso a três: "A coopermel e sua participação no Projeto de colonização Serra do Mel" um trabalho monográfico, escrito em 1987, que se atém basicamente à cooperativa, a história desta em paralelo a do Projeto e à discussão sobre os problemas e limitações do deste. O segundo trabalho "Questões locais: Projeto Serra do Mel", matéria publicada em 1986 na revista Entretexos, busca analisar o Projeto a partir de uma perspectiva marxista, "encaixada" em uma leitura do período vigente, na qual o Projeto Serra do Mel aparece como produto da expansão do capitalismo dependente no campo, dessa forma privilegiando uma visão economicista. E, por fim, a dissertação de mestrado do professor Aécio Candido de Sousa, do ano de 1991, intitulada "Para além do acesso a terra: representações sociais, condição camponesa e ação política dos colonos da Serra do Mel- Rn" uma análise sociológica da realidade e dos conflitos enfrentados pelos colonos do Projeto Serra do Mel ao longo dos dez primeiros anos deste⁴.

Esses estudos acadêmicos analisam o Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel nos aspectos estruturais demonstrando suas

² TINOCO, Dinah dos Santos. Formação, Evolução e Crise do Planejamento Estadual no Rio Grande do Norte (1961-1990). *Vivência*. Natal, v.7, n. 1, p. 107-124, Jul/dez. 1993.

³ Os outros três títulos que constam no catálogo (porém não foram encontrados no acervo para consulta) são os seguintes: "O planejamento regional e seus efeitos sobre as condições de vida dos colonos no Projeto Serra do Mel" (de Cleudia Bezerra Pacheco), "A política de colonização agrícola no Rio Grande do Norte: o Projeto Serra do Mel". (tese de mestrado defendida por Cleudo da Rocha Mendonça) e "Levantamento fitossanitário dos Cajueiros da Serra do Mel" (Trabalho desenvolvido por Eduardo Reis Fernandes)

⁴ O Projeto durou 16 anos de 1972 (quando o governador Cortez Pereira assinou o decreto nº. 5866 criando o Projeto de Colonização da Serra do Mel e do Carmo) a 1988 (quando a lei nº. 803 concedeu autonomia política a Serra do Mel que teve suas terras desmembradas dos municípios de Açu, Areia Branca, Carnaubais e Mossoró.)

quero-consultar
na revista

que
catálogo?

BCZH?

limitações em termos de concepção ou estabelecendo relações com o contexto sócio-político.

Obviamente a natureza do Projeto e o período de sua implementação favoreciam o desenvolvimento dessas análises estruturais. Contudo à "luz" de novas concepções historiográficas, que indicam para o estudo de "pessoas comuns", e do atual momento político-social, marcado pelo fortalecimento do privado, fomos estimulados a buscar compreender o cotidiano dos colonos assentado. (Qual a relação?)

Para desenvolver o nosso trabalho recorreremos, como fonte principal, a entrevistas orais realizadas com colonos residentes na Vila Paraná. O critério, por nos utilizado, para escolha dos referidos colonos, baseou-se em dois pressupostos básicos: ~~o primeiro~~, os colonos escolhidos deveriam ter chegado no Projeto durante o seu período inicial de implementação, ~~o segundo~~, consistia na disponibilidade do colono em conceder a entrevista e de cedê-la oficialmente. Devido ao segundo critério, ~~que sofreu maior resistência por parte dos colonos~~, nos foi possível contar efetivamente apenas com cinco entrevistas, das sete que realizamos durante a pesquisa de campo realizada na Vila Paraná em maio de 2003. ~~Estas entrevistas foram realizadas com os seguintes colonos: Francisco Alves de Oliveira, Gabriel Paixão da Silva, Manoel Noel da Silva, Francisco Pinto de Oliveira e Francisco Ferino Cabral.~~

Do ponto de vista teórico-metodológico, nosso trabalho tem como referência obras que abrangem desde o contexto político-econômico do país, passando pela descrição da realidade local, até análise dos aspectos subjetivos que perpassam nosso objeto de estudo. ~~HA OBRAS QUE FAZEM ESSA ANÁLISE?~~

Para contextualizar a política econômica do país, no período em questão, utilizamos como referencial os trabalhos: "O modelo político brasileiro e outros ensaios", de Fernando Henrique Cardoso, e "Estado e planejamento econômico no Brasil", de Octávio Ianni.

A compreensão das particularidades do nordeste, dentro da política nacional, foi feita a partir de Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "O nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional", de Otamar de Carvalho, "A economia política do nordeste: secas, irrigações e

desenvolvimento”, e de Dinah dos Santos Tinoco, **“Formação, Evolução e Crise do Planejamento Estadual no Rio Grande do Norte (1961-1990)”**.

Para nortear o desenvolvimento e análises dos depoimentos colhidos, a partir dos posicionamentos e perspectivas da história oral, recorremos à **“História oral: a experiência do Cpdoc”**, de Verena Alberti, e **“Manual de História oral”**, de José Carlos Meihy.

Para construir o sentido adotado pelo termo **“cotidiano”**, que em nosso trabalho assume o sentido **“da vida de todo dia”** (Heller), das pequenas coisas (Jackes Le Goff), que muito dizem sobre o **“acontecer histórico”** humano, reportamo-nos a: **“História e cotidiano”**, de Agnes Heller, e a **“Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia”**, obra organizada por Ciro Flamarion de Cardoso e Ronaldo Vainfas.

Buscamos em **“Companheiras de luta ou ‘coordenadoras de painéis’ ? As relações de gênero nos assentamentos rurais”**, de Rua e Abramovay, elementos essenciais para a definição de um Projeto de colonização; assim com em **“A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil”**, de Horacio Martins de Carvalho, buscamos base para definir as peculiaridades objetivas e subjetivas que denotam um assentamento.

Para uma maior aprofundamento, com relação à história de Serra do Mel, aportamo-nos a **“Para além do acesso a terra: representações sociais, condição camponesa e ação política dos colonos da Serra do Mel- Rn”**, de Aécio Cândido de Sousa.

E, por fim, para entender um dos aspectos chaves relativos aos impactos da realidade do Projeto sob o cotidiano das famílias assentadas contamos com **“A terra e os devaneais do repouso”** e **“A poética do espaço”**, de Gaston Bachelard, obras as quais nos aportamos para embasar o principal impacto apreendido: a importância, indiscutível, exercida pela sensação de estabilidade produzida pela posse da terra, elemento denominado por Bachelard como **“enraizamento em uma terra estável”**;

Para alcançar ~~as~~ ^{das perguntas} respostas que nos inquietavam, norteou-nos a seguinte indagação: **quais teriam sido os mais expressivos impactos, da efetivação**

? do Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel, no cotidiano das famílias assentadas? Como "produto final" obtivemos o desenvolvimento de três capítulos, partindo de uma visão mais geral a uma visão mais objetiva.

No primeiro, "À guisa de 'novos tempos': o Projeto Serra do Mel e a sua história", buscamos reconstruir a trajetória histórica do Projeto de Colonização da Serra do Mel explicitando as razões de sua idealização e implementação, as contradições que surgiram ao longo de sua efetivação e por fim a criação (e os processos a esta relacionados) do Projeto em si.

No segundo capítulo, "A Transição entre o real e o ideal: a chegada dos colonos a Serra do Mel", apresentamos como discussão central os seguintes pontos: a chegada dos primeiros colonos ao Projeto, as motivações e os canais (e/ou processos) que conduziram os colonos ao Projeto e a identificação da origem, e de algumas das histórias de vida, dos colonos assentados – elementos estes obtidos a partir dos relatos extraídas das entrevistas realizadas com os colonos da vila Paraná.

Com relação ao terceiro capítulo, "A construção de uma sonho: a adaptação dos colonos a 'nova realidade'", buscamos traçar um panorama geral, também a partir dos relatos dos colonos, do processo de adaptação imposto aos colonos de Serra do Mel, ao longo dos primeiros momentos, ressaltando os principais reflexos daquele (o processo de adaptação) na vida cotidiana dos colonos.

Por fim, ao concluir o terceiro capítulo nos conduzimos às considerações finais nas quais tecemos nossas conclusões, proposições e perspectivas (gerais e específicas) sobre o tema trabalhado.

CAPÍTULO 1 - À GUISA DE "NOVOS TEMPOS": O PROJETO SERRA DO MEL E A SUA HISTÓRIA.

"A história, portanto, é a substância da sociedade."

Agnes Heller

A década de 1970, configurou-se como momento base para a consolidação de um conjunto de novas idéias - marcadas pelo ideal desenvolvimentista e de modernização - que passaram a tomar conta do discurso político, econômico e administrativo nacional. Nesse discurso a agricultura passou a figurar como um elemento de incontestável importância, exigindo portanto a intervenção estatal⁵.

Tornava-se cada vez mais claro para o governo que o processo de expansão industrial, ponto "chave" da política ^{ECONÔMICA} administrativa do regime militar, recebia influências e reflexos diretos dos problemas⁶ advindos do setor agrícola nacional, por este motivo a resolução dos citados problemas assumia um caráter de suma importância para o alcance das metas desenvolvimentistas do governo:

"... 1965-1980, constitui com muito maior clareza a etapa do desenvolvimento de um agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial e com o setor

⁵ "O desenvolvimento da agricultura no Brasil, com forte participação do Estado, que já vinha de longa data, acentua-se extraordinariamente na década de 70, através de uma política conjugada aos interesses da indústria de equipamentos, insumos agrícolas e transformação de matérias-primas oriundas do setor primário." (RODRIGUES, 2001, p.38)

⁶ Podemos constatar em "O nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional", de Inaiá Maria Moreira de Carvalho que as principais preocupações - e maiores fontes de problemas - com relação ao setor terciário brasileiro eram: o excessivo êxodo rural, os problemas com a baixa produtividade de gêneros alimentícios para suprir o mercado interno e conflitos e tensões sociais no campo geradas pelo alto índice de empobrecimento das áreas rurais. Estes problemas atingiam as áreas

externo(...). Ela foi também uma maneira de responder aos intensos desafios de industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agro-industriais do Brasil..." (DELGADO & SZMRECSÁNYI, 2002, p.218)

Evidenciava-se, deste modo, no discurso e nas plataformas governamentais da nova política nacional, iniciativas claramente direcionadas às regiões nas quais haviam, ^{colet} em maior intensidade, problemas como o excessivo êxodo rural, dificuldades com a baixa produtividade de gêneros alimentícios para suprir o mercado interno e conflitos e tensões sociais no campo geradas pelo alto índice de empobrecimento das áreas rurais, como no caso da região nordestina.

A questão nordestina, por sua vez, mesmo estando contemplada nas metas governamentais desde os anos sessenta, só passa a ter efetivamente maior notoriedade a partir dos anos setenta, quando chegam ao Brasil as idéias precursoras do discurso do Desenvolvimento Rural Integrado, que defende e propõe medidas que se supunham capazes de promover a melhoria das condições socioeconômicas das populações mais pobres das áreas rurais brasileiras.

Segundo Otamar Carvalho:

"Esse discurso chegou ao nordeste por intermédio de técnicos brasileiros, treinados no exterior e, até mesmo, na região, ou de missões de assessoramento técnico do BIRD, de outros órgãos internacionais e de órgãos nacionais de países estrangeiros, integrantes dessas mesmas missões." (CARVALHO, 1988, p. 237)

As idéias contidas no discurso do Desenvolvimento Rural Integrado foram rapidamente incorporadas ao ideário político tanto do governo federal como de governos estaduais, por compatibilizá-se de maneira singular com a

rurais da maior parte do país, contudo, era o nordeste (com sua enorme extensão geográfica e alto índice populacional) uma das regiões que mais preocupava por seus números alarmantes.

REPETE
(NOTA 6)

ANOS 60
SUDENE

“modernização conservadora⁷”, adequando-se, destarte, quase que perfeitamente aos direcionamentos e metas propostos por aquela. Assim, o discurso proposto pelas idéias do desenvolvimento rural integrado “invade” tanto o ambiente político quanto ~~as~~ discussões acadêmico-científicas voltadas para os problemas (e soluções) sócio-econômicos brasileiros do período em questão:

“Os defensores da estratégia do desenvolvimento rural integrado, concepção entendida como capaz de resolver os problemas dos que vivem da agricultura, morando no campo ou nas cidades de pequeno e médio portes, preocuparam-se em particular em articular a pesquisa agrônômica, a assistência técnica, o crédito, a infra-estrutura (estradas vicinais e eletrificação rural) e, até mesmo, ações no terreno da reorganização fundiária.” (CARVALHO, 1988, p.238).

Voltado-nos para o Rio Grande do Norte percebemos a consolidação da realidade anteriormente descrita na implementação do Projeto de Colonização da Serra do Mel. O Projeto surgiu como parte integrante da política agrícola regional implantada a partir do início dos anos 1970. Com base em afirmações proferidas pelo então governador do estado, José Cortez Pereira, podemos perceber a direta relação do seu discurso com o desenvolvimento rural integrado⁸:

“Os projetos de colonização que foram formulados partem, tenho dito e repito, da SUPERAÇÃO TEÓRICA das causas de

⁷ Segundo Rua e Abramovay podemos entender a modernização conservadora sob a seguinte lógica: “... o modelo de ‘modernização conservadora’ destinado a racionalizar a exploração da atividade econômica sem alterar a estrutura fundiária, nem as relações de poder delas decorrentes. A visão dominante desenvolvimentista, excluía qualquer perspectiva de política social que se orientasse para solucionar as tensões sociais e políticas no campo.” (RUA & ABRAMORAY, 1992, 39)

⁸ A influência, exercida pelas idéias do desenvolvimento rural integrado, é tão intensa e tão evidente no discurso do governo Cortez que, aquela, chega a promover contradições entre as iniciativas nacionais e estaduais com relação ao setor agrícola. Insere-se como exemplo dessa realidade a questão de “quem” priorizar nas políticas agrícolas para alcançar um efetivo desenvolvimento. Para o governo federal, e para maior parte dos estados brasileiros, a prioridade deveria ser dada à grande propriedade pois na visão estatal esta já tinha grande parte dos instrumentos e só precisava de um pouco de incentivo. Na visão do governo norte-rio-grandense, que convergia com a visão do desenvolvimento rural integrado, o investimento deveria ser feito nas pequenas e médias propriedades pois seriam elas “a chave” para solução dos problemas que atravancavam: o efetivo desenvolvimento nacional.

insucesso da colonização brasileira. Esses projetos foram montados com uma perspectiva política bem definida e uma orientação técnica racional capazes de, integrando-se ao esforço global, induzir e conduzir o desenvolvimento.” (ARAÚJO, 1983, p. 241)

O projeto agrícola do governo Cortez Pereira visava a implementação de cinco pólos regionais de desenvolvimento; Chapada do Apodi, com 105.000 ha; Serra do Mel, com 62.000 ha; Mato Grande, com 89.000 ha; Boqueirão (Touros), com 10.000 ha; e, finalmente, Canguaretama, com 30.000 ha. Esses pólos se configurariam na base das políticas de desenvolvimento para o estado do Rio Grande do Norte. Desses cinco Pólos, apenas dois seriam implementados durante seu governo: Boqueirão e Serra do Mel.

“Esse cinco pólos de desenvolvimento agroindustrial compreenderiam uma área de 296.000 ha., que, assim, representariam mais de 15% das terras agricultadas no estado. Seriam oferecidos cerca de 130.000 empregos, isto é tanto quanto o Rio Grande do Norte necessitava em dez anos.(...) o então poderoso Ministro da Fazenda [Delfim Neto] apoiou o plano, até com certo entusiasmo, oferecendo recursos para ‘tocar’ a obra. Foi aí que eu afirmei necessitar de muito dinheiro pra outros projetos. Para aqueles cinco, dos quais dois pretendia implantar no meu período – Serra do Mel e Boqueirão – já tinham sido assegurados os recursos suficientes.” (ARAÚJO, 1983, p. 245)

Apesar terem sido implementados durante o governo Cortez tanto o Projeto Serra do Mel quanto o Projeto Boqueirão, a maior visibilidade de Serra do Mel era nítida. Como se pode perceber, o alicerce da política agrícola norte-riograndese, que visava o desenvolvimento através do planejamento estatal no período, era a colonização⁹ planejada.

⁹ “A colonização é uma forma de ocupação da terra segundo programas juridicamente reconhecidos, geralmente, de iniciativa pública – porém admitindo modalidades de empreendimento privado.” (RUA & ABRAMOVAY, 2000, p.51).

A colonização planejada era concebida, do ponto de vista do governo do estado (do Rio Grande do Norte), como a solução ideal para os problemas que assolavam tanto o país de modo geral, como o nordeste e o estado, mais objetivamente. Dentro deste contexto, o Projeto Serra do Mel insere-se como o mais característico exemplo da realidade das políticas públicas agrícolas do estado.

O Projeto Serra do Mei é um Projeto de Colonização¹⁰ que reflete, ao mesmo tempo, tanto a política agrária nacional – em consonância com a realidade mundial¹¹ – quanto a estadual de forma bastante direta, mesmo que em alguns momentos surjam, no discurso ou nas práticas de ambas as partes, elementos que demonstram divergências entre as duas. ~~Ele~~ (O Projeto) insere-se em toda uma cadeia de iniciativas, mecanismos e aparelhos estatais, já citados anteriormente, que se propunha a intervir no setor agrícola visando objetivos determinados, e concordando com Rua e Abramovay, revelava uma realidade que expressava uma:

“... política de instancia estadual ou federal que, nos moldes da ‘mobilização pelo alto’, típica dos processos de modernização conservadora, se antecipa a ação reivindicatória e oferece como concessão o que poderia, em futuro próximo, vir a ser demandado e conquistado.” (RUA & ABRAMOVAY, 2000, p. 51).

São em nosso trabalho identificadas como “iniciativas” as plataformas político-administrativas; e por “mecanismos e aparelhos” as instituições e órgãos implementados (cu reformulados), a partir de meados dos anos 60, visando uma maior interferência estatal no setor agrícola. Pacheco¹² mapeia os mecanismo e aparelhos acima citados da seguinte forma: nacionalmente o primeiro órgão implementado “nos moldes” das “novas” necessidades seria a

¹⁰ Para um maior aprofundamento no tema colonização ver Raymundo Laranjeira em *Colonização e reforma agrária no Brasil*.

¹¹ “[A] situação no Brasil começa a mudar sensivelmente em meados da década de 1960, através das políticas agrícolas voltadas para o incentivo à produção de grãos exportáveis, mediante a interferência direta do Estado. Com o agravamento da escassez de alimentos no mundo, o Brasil é estimulado a promover novamente a modernização da agricultura, com o programa agrícola chamado revolução verde.” (RODRIGUES, 2001, p.38).

¹² PACHECO, Cludia Bezerra, et alli. Projeto Serra do Mel. *Entretextos*. Natal, n. 4, p. 5-39, 1986.

SUPRA¹³ (Superintendência de Política Agrária), seguido pelo INCRA¹⁴ (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) nos anos de 1970. Quanto ao Rio Grande do Norte objetivamente temos primeiro o INCRA¹⁵ e a EMATER¹⁶ (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) aos quais vem a somar-se, em 1964, a Secretaria de Agricultura. Nos anos setenta, com as finalidades bem específicas do momento, é criada – **“com o objetivo direto de colaborar com a política de desenvolvimento econômico e social do governo”** (PACHECO, 1986, p.17) – a CIMPARN (Companhia de Implementação de Projetos Agrários do Rio Grande do Norte) sendo esta última órgão institucional responsável pela gestão do projeto e:

“... o principal instrumento de ação governamental para implantação e dinamização do Projeto Serra do Mel. Substituída mais tarde pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário (CIDA), sociedade de Economia Mista, vinculada à secretaria de Agricultura...” (PACHECO, 1986, p. 21)

Partindo de uma contextualização mais geral para uma mais objetiva (que se prenderá a realidade da Vila Paraná) temos o seguinte percurso: o Projeto de Colonização da Serra do Meu tinha por objetivo ser implementado ainda durante o governo de seu idealizador Cortez Pereira (1970-1974). Para tanto, as obras e a colonização das cinco primeiras vilas (Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) transcorreram em ritmo acelerado. Eram mais de 10.000 homens e um “mundo” de máquinas e equipamentos trabalhando dia e noite para que o Projeto se concretizasse.

Os moradores da Vila Paraná, que em sua maioria trabalharam na construção do Projeto, descrevem, tanto a construção do Projeto como o assentamento das famílias, como um processo de velocidade espantosa, fato que se explica pela pressa do Governo Cortez de tornar o Projeto de Colonização da Serra do Mel uma realidade ainda durante o seu mandato.

¹³ “... cuja função era a de desapropriar terrenos improdutivos, para serem distribuídos a trabalhadores rurais sem terra, tendo ainda apoio, assistência, sindicalização rural, alfabetização e treinamento.” (PACHECO, 1986, p.17)

¹⁴ “... que absorveu as finalidades dos Órgãos anteriores, tendo como objetivo básico a Reforma Agrária” (PACHECO, 1986, p.17)

¹⁵ “... [que] assume a paternidade dos projetos de assentamentos rápidos...” (PACHECO, 1986, p.19)

Dentre as vilas pioneiras, a vila Paraná destacou-se como marco inicial tendo sua colonização efetivada entre os anos de 1973 e 1974.

“... quando eu cheguei aqui, o rapaz dizia: seu Chico o senhor vai lavar aquela casa que vai chegar uma família hoje. Foi assim, era chegando todo dia. Todo dia, de dois e dois dia, um dia outro não (...). Chegando, chegando família direto ...” (Francisco Alves de Oliveira colono de Serra do Mel/Vila Paraná)

O Projeto de colonização não era apenas monumental em suas metas ou no “papel”, mas também na sua estrutura física. Esta refletia a extravagância do Projeto nas proporções que seus idealizadores previam que esse alcançasse com relação à extensão territorial.

A dimensão geográfica do Projeto era, para a época, de proporções extremamente amplas. A área prevista para implementação localiza-se na região entre as Serras do Mel e do Carmo *“... abrangendo 60.000 ha em terras dos municípios de Areia Branca, Carnaubais, Açú e Mossoró.”* (PROJETO, p. 13). Essa região, descrita no Projeto como *“verdadeiro vazio demográfico”*, caracterizava-se – antes da implementação do Projeto – por suas grandes extensões de terras pouco, ou nada habitadas, e de difícil acesso devido aos seus peculiares aspectos naturais. Segundo Aécio de Souza uma região que *“... era apenas um lugar de muita caça e nenhuma água”* (SOUSA, 1991, p. 37).

Objetivamente, quanto às características físicas do Projeto, estas também não deixavam a desejar, quanto as suas proporções e extravagâncias. O Projeto, em seus mínimos detalhes, apresentava um caráter monumental típico das obras públicas de seu tempo, que – como a Transamazônica¹⁷ – visavam impressionar pelo tamanho e “monumentalidade”. Contudo, em sua maioria, foram na realidade bem diferente “daquilo” a que se propunham “no papel” – surpreendendo, assim, nos resultados (em sua maioria bem inferiores aos previsto) e nos gastos (estes sim elevados).

¹⁶ Subordinada diretamente a EMBRATER (Empresa Brasileira Assistência Técnica e Extensão Rural).

¹⁷ Rodovia Transamazônica teve sua construção iniciada durante ditadura militar e tinha por objetivo cortar toda região norte do Brasil ligado-a ao resto do país. Contudo, a total efetivação do que foi projetado

O Projeto previa a construção de 22 vilas rurais mais uma vila administrativa, obedecendo a seguinte estrutura: **"As vilas ruis teriam em média 64 casas residenciais, um armazém de produção, um galpão de máquinas, um depósito para água, uma escola em uma área com 26.000 m² reservados para usos diversos."** (PACHECO, 1986, p. 09). Previa, também, que além do lote destinado à produção agrícola, o colono receberia uma casa que deveria comportar a seguinte estrutura:

"... sala, dois quartos, e cozinha, em construção de alvenaria. As instalações sanitárias, fundamentais para a saúde e o bem-estar dos moradores, foram deslocadas para fora do corpo da habitação, de modo a que duas unidades utilizem a mesma fossa séptica e sumidouro." (PROJETO, p. 124)

Toda essa estrutura visava garantir a subsistência das famílias assentadas. Fazem parte dessa estrutura, além do lote para o cultivo do caju e a casa, que serviria de moradia para os colonos e suas famílias, elementos acessórios como espaços reservados – área de 30x100m – para hortas domésticas e para criação de pequenos animais. Estes espaços não se configurariam no meio único para a subsistência dos colonos e de suas famílias mas, nos primeiros momentos (quando aqueles ainda não poderiam contar com as safras de caju para compor suas rendas) seria um paliativo satisfatório, e posteriormente, mesmo podendo contar com o cultivo de caju como forma de renda, seriam as pequenas culturas previstas um meio para garantir alimentos básicos (sem a necessidade de comprá-los) – como o feijão, milho, legumes e etc – à subsistência dos colonos e de suas famílias.

A estrutura do Projeto, deste modo, justificava-se pelo fato de que ~~o~~ este visava promover a melhoria da qualidade de vida do homem do campo através de recursos fornecidos pelas próprias potencialidades da realidade rural. Era, por tanto, a busca de resolução dos problemas dos colonos da Serra do Mel dentro de suas próprias vilas, por que não dentro de seus próprios lotes ou casas.

nunca chegou a sair do papel, por esse motivo ela virou sinônimo das obras "monumentais" do período que absorviam muito dinheiro e nunca chegavam a ser completamente concluídas.

Buscava-se, com essas iniciativas, tanto evitar o êxodo rural quanto melhorar a realidade do homem do campo. Conseguindo, assim, até mesmo a possibilidade de retorno de muitos ao campo. Estes muitos, os quais a maioria dos governantes desejava que retornassem ao campo – de onde por variados motivos haviam sido impelidos a se retirar – amontoavam-se nas médias e grandes cidades, nas quais não conseguiam trabalhar ou mesmo garantir o mínimo para sua subsistência e de sua família. Não conseguiam se adaptar ao novo e dinâmico mercado de trabalho que existia nas cidades a que recorriam, incorporando-se assim a crescente massa de desempregados urbanos, caracterizada por pouca ou nenhuma qualificação.

O Governo Cortez, ~~por sua vez, que,~~ como muitos governantes de seu tempo, entendia o setor agrícola como um ponto de necessária intervenção estatal para a garantia do sucesso das metas desenvolvimentistas almejadas pelo país. ~~tem no~~ Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel ~~o maior~~ exemplo de sua visão de governo, em perfeita “sintonia” com a então realidade nacional. Se os problemas estavam no setor agrícola, tinham que ser resolvidos neste.

Com base na realidade em que se inseria e nos objetivos a que se propunha o Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel pode ser descrito como um ousado e minucioso empreendimento. Ousado por que sua proporções e seus custos iam muito além da então realidade financeira do estado, e minucioso por procurar descrever detalhadamente cada passo que se propunha realizar buscando prevêê-lo ~~(e com esta iniciativa solucionando)~~ antecipadamente cada possível problema: X

“Os desafio que reiteradamente se apresenta de como superar os fatores de atraso encontra agora condições de ser enfrentado pela possibilidade de integrar, num mesmo projeto, a ação promotora dos órgão federais encarregados da educação, saúde, educação, habitação e dos programas de incentivo à organização e elevação da produtividade agrícola.” (PROJETO, p. 5)

A minuciosidade – que trata desde de as estruturas físicas até questões tais como a *organização da juventude*¹⁸ ou educação dos jovens –, por seu grau de interferência na vida social e individual dos colonos assentados, aporta-nos, destarte, a nossa problemática: qual o impacto de tão “pretensioso” empreendimento no cotidiano das famílias assentadas? E, para chegar a elementos, contidas nas entrevistas realizadas com os colonos da Vila Paraná, que respondam àquela indagação, partiremos da análise das descrições da chegada dos colonos à Serra do Mel, dos primeiros momentos de adaptação, somados a suas origens, e aos processos que os conduziram ao Projeto. Procuramos nas lembranças, que brotam nas narrativas dos colonos, o que efetivamente representou, para os colonos de Serra do Mel, o processo de construção/adaptação à “nova realidade” – tendo em vista que, como bem analisa Mariana Maluf: “... a memória pessoal transforma-se em fonte histórica justamente porque o indivíduo está impregnado de elementos que ultrapassam os limites de seu próprio corpo e que dizem respeito aos conteúdos comuns dos grupos aos quais pertence ou pertenceu” (MALUF, 1995, p. 10). –, o qual é capaz de revelar muito do que há de desafiador, contraditório e até mesmo atemorizante na construção do “novo”.

A chegada à Serra do Mel configura-se, portanto, com relação aos impactos do Projeto de Colonização Planejada na realidade dos colonos assentados, em um dos dois recortes temporais de análise que imprimimos a nosso trabalho. Entendemos que este – somado ao segundo, que seria o período de adaptação – constitui o ponto “chave” para a captação dos mais expressivos impactos do Projeto sobre a realidade dos colonos assentados.

¹⁸ “Quanto a organização da juventude, o trabalho extensionista objetiva fornecer aos jovens condições para assumir ativamente suas responsabilidades frente aos problemas da vida comunitária.” (PROJETO, p.109)

CAPÍTULO 2 - A TRANSIÇÃO ENTRE O REAL E O IDEAL: A CHEGADA DOS COLONOS A SERRA DO MEL.

"(...) com tudo o que deveria ter sido, sobre um ente que não foi e que de repente começa a ser, se constitui como morada..."

Gaston Bachelard

A idéia de ocupação da Serra do Mel para fins agrícolas, Segundo Aécio Souza, remonta a períodos bem mais distantes que os relativos à década de 1970, quando o governo Cortez Pereira implementou o Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel:

"A idéia de aproveitar agricolamente aquela área tão grande, encravada entre duas regiões salineiras, Macau, pelo lado sul, e Areia Branca, pelo norte, era razoavelmente antiga. Em 1946, os salineiros condicionavam o seu apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato a presidência da República, à criação de uma colônia agrícola na Serra do Mel." (SOUZA, 1991, p. 37)

Contudo, a efetivação do referido Projeto só ocorreu na década de 1970, em razão do caráter desenvolvimentista que conduzia os governantes do período. O discurso desenvolvimentista, por sua vez, se inseria nas áreas rurais nordestinas através das idéias do Desenvolvimento Rural Integrado, que passa a nortear as políticas públicas para o setor rural.

O Projeto de Colonização Planejada Serra do Mel, integrando-se à realidade nacional, insere-se no referido contexto, como uma iniciativa local –

do estado do Rio Grande do Norte - de adequação à nova realidade nacional e às novas demandas que esta realidade estabelece.

“Dessa forma, criando empregos, fixando o homem à terra e elevando seu nível de renda, pretende-se dar um dinamismo maior ao setor agrícola, tornando possível a expansão do próprio mercado consumidor interno e fortalecendo o intercâmbio entre a indústria e a agricultura.” (PROJETO, p. 85)

Visava, portanto, o desenvolvimento local e nacional através: da expansão das fronteiras agrícolas, da resolução dos problemas de abastecimento e da diminuição dos conflitos sociais nas áreas rurais gerados pelo empobrecimento do trabalhador rural.

Os maiores problemas e zonas de maior tensão social, dentro de uma realidade local, estavam relacionados ao alto índice de desemprego nas regiões salineiras do estado, provocado pela mecanização do setor. Sendo assim, a priori, o público alvo do Projeto deveria ser a mão de obra salineira desempregada. Entretanto, este não foi um critério que vigorou¹⁹, os grupos beneficiados foram, em sua maioria, trabalhadores rurais sem terra que participaram da construção do Projeto – que caracterizavam-se freqüentemente como mão de obra itinerante:

“... agente vivia na cidade de Frutuoso Gomes, lá trabalho era muito difícil, ... eu trabalhava na salina, eu trabalhava em armazém de sal em Mossoró, eu trabalhava aqui na salina em Macau. Ai eu soube que tinha esse projeto, esse desmatamento de Serra do Mel, e ai eu peguei – eu vivia trabalhando, vivia do campo, trabalho alugado – ai então eu digo, eu vou trabalhar nessa Serra do Mel.” (Francisco Alves de Oliveira colono de Serra do Mel/Vila Paraná)

“Eu trabalhava na vila de Santa Catarina arrancando toco e... e ai saía Diogo, que é quem trabalhava aqui, e esse cara mora até em

¹⁹ “Os salineiros, destinatários aludidos do projeto, não vieram. Ou porque se realocaram em outras atividades ou porque a alusão era apenas retórica. O fato (...) os números que registram a presença de ex-salineiros na Serra do Mel são muito inferiores aos esperados.” (SOUSA, 1991, p.44)

Ceará-Mirim, e ai foi convidar o povo para se alistar, que queria comprar um lote na Serra do Mel, e eu digo eu vou comprar...”
(Francisco Pinto de Oliveira colono de Serra do Mel/Vila Paraná)

Um dos aspectos que contribuía para complexidade do Projeto consistia no fato de que para ocupar tão grande extensão geográfica era necessário um número expressivo de colonos, que vinham de todas as partes do estado: ***“Vinha gente de qualquer lugar, de Açu, de Natal..., de onde fosse relacionado o cabra ia buscar, o carro ia busca. Dizem que na época foram listadas 1200 pessoas...”*** (Francisco Pinto de Oliveira colono de Serra do Mel/Vila Paraná).

Configuram-se, também, como elementos introdutórios essenciais para a apreensão dos principais impactos impostos pela nova realidade aos colonos assentados os seguintes: a ruptura com os vínculos anteriores, com a cidade de origem, a casa, os familiares, os conhecidos e etc.; o acelerado processo de chegada, tanto do colono de maneira individual como dos outros que com ele iriam conviver; e o choque de entrar em contato com a realidade e contrastá-la (de imediato) com os sonhos e as promessas que impulsionaram os colonos em direção a Serra do Mel.

As notícias sobre a colonização se espalharam rapidamente, produzindo assim uma enxurrada de centenas de sonhadores e curiosos em direção à Serra do Mel. Estes homens iam em busca de uma vida melhor, vida esta que as terras “prometidas” em serra do Mel poderiam garantir, já que como homens do campo – que cresceram tendo a terra como referencial de sustento e proteção – uma terra própria representava a certeza digna de pão e moradia. Esta busca, por sua vez, pode ser entendida pela seguinte lógica: ***“... buscar a terra estável, com um grande desejo de estabilidade...”*** (BACHELARD, 1993, p.244).

Acreditamos, portanto, que com relação à realidade de Serra do Mel – como defende João Tedesco :

“A ordem social do colono funda-se na ligação entre propriedade, família e trabalho, este com sentido além do econômico. O trabalho como obrigação, antívicio, como

dedicação, dever moral, superação, virtude, acesso a riqueza e promoção da exaltação do homem, etc., ligado à propriedade, formaria o espaço social e a trajetória seqüencial das estratégias de reprodução familiar e organização da individualidade do colono.” (TEDESCO, 1999, p. 50)

Serra do Mel surge, portanto, com muitas “faces” que se revelam tanto a partir do *olhar* de quem contempla quanto a partir da narrativa de quem o “descreve por dentro”²⁰. Devemos, contudo, enfatizar que:

“Como a memória é sempre dinâmica e muda e evolui de época para época, é prudente que seu uso seja relativizado, pois o objeto de análise, no caso, não é a narrativa, sim a interpretação do que ficou (ou não) registrado nas cabeças das pessoas ...” (MEIHY, 2002, p. 81)

Partindo da narrativa de quem “descreve por dentro”, a implementação do Projeto Serra do Mel, temos duas perspectivas básicas: para seus idealizadores Serra do Mel se configurava em um ousado e inovador empreendimento, precursor de novos tempos para o setor agrícola, tanto potiguar quanto nordestino e brasileiro como um todo:

“Essa visão de conjunto é uma decorrência obrigatória da análise da realidade social das regiões de baixo nível de desenvolvimento, onde se observa a convergência de causas que dificultam a aceleração do crescimento econômico e a integração social, no conhecimento do processo de causação circular. A implantação do conjunto de programas componentes do Projeto de Vilas Rurais visa a demonstrar a viabilidade da inversão do sentido dessa causação, em que a conjunção de fatores seja cumulativa na direção da promoção do desenvolvimento social e econômico da população.” (PROJETO, p. 5)

Todavia, a partir da ótica dos colonos, ou seja daqueles que seriam contemplados pelo Projeto, Serra do Mel é percebida como uma dádiva – vista simultaneamente com receio e esperança – configurando-se, dessa forma, para uns colonos como a realização de um sonho e para outros como a única

alternativa: “... trabalhava em terra dos outros de meia o de terça como for, e resolvi vim, não tive medo não. Outros disse que não vinha não que era cativeiro, era não sei o que, digo mais eu vou, se não presta eu saio.” (Francisco Pinto de Oliveira colono de Serra do Mel/Vila Paraná)

Esses colonos, que vinham impulsionados pelos mais variados motivos, mas que em sua maioria “acalantava” o mesmo sonho – já que, segundo Bachelard, “... para além das impressões claras e das satisfações grosseiras do instinto de proprietário, há sonhos mais profundos, sonhos que querem enraizar-se.” (BACHELARD, 1993, p.92) – chegavam todos os dias. Dia após dia, trazidos pelo “caminhão do governo”, com o pouco que tinha, ou até mesmo com nada, apenas com as numerosas famílias que possuíam.

Chegavam numa velocidade vertiginosa dando vida ao Projeto, tornando Serra do Mel uma realidade. Realidade esta, que aos poucos foi se mostrando bastante diferente do que havia sido previsto no papel – tanto para idealizadores como para colonos assentados – mas que, contudo, marcou definitivamente e singularmente a vida, ou por que não dizer, a “nova vida” que se iniciava para os colonos de Serra do Mel.

Construía-se, assim, dia a dia, uma nova etapa para os colonos, ao mesmo tempo de construção e de descoberta.

Ao optar por viver na Serra do Mel o colono rompeu com vínculos anteriores – parentes que não faziam parte de seu núcleo familiar direto (mulher e filhos), amigos, a antiga casa, os divertimentos e rotinas cotidianas anteriormente vivenciados – enfim, toda uma vida que “pertencia” aos “locais de origem” ~~por aqueles (os colonos) deixados~~ *pelos colonos.*

Diretamente relacionada às citadas rupturas, impostas pela “nova realidade” produzida quando da chegada dos colonos ao Projeto, surge também, e ao mesmo tempo, a necessidade de criação de novos vínculos e estratégias de adaptação por parte dos colonos e de suas famílias – tanto a nova moradia e ao novo trabalho quanto ao novo convívio sócio-espacial. É o início de um longo e complexo processo de construção de uma nova vida. Esse

²⁰ Entendemos, no presente trabalho, esse termo como relacionado à ótica dos indivíduos (idealizadores e colonos) ligados diretamente à execução do Projeto de Colonização da Serra do Mel.

São óticas ≠ !

processo de reconstrução, por sua vez, é marcado pelo signo do receio e do deslumbramento, suscitados pela “nova realidade”.

Os colonos que “aportam” em Serra do Mel são homens e mulheres que chegam “freneticamente” e em períodos de tempo bem pequenos (como no caso das primeiras famílias assentadas) a um espaço até então em sua grande maioria desabitado, no qual se vêem inseridos pelo governo do estado para nele “edificarem” um “novo lar” – e com condições naturais de sobrevivência bastante limitadas (apesar de ser uma vasta extensão de terras com inúmeras espécies animais disponíveis para a caça não dispunha de água, para as mais elementares necessidade de consumo, e, apresentava um excessivo isolamento geográfico em relação a outras concentrações populacionais).

As promessas do governo do estadual potiguar “corriam” todo o estado e de “boca-em-boca”. ~~A~~ cada momento se tornavam mais numerosas e mais atraentes, alimentando a esperança de muitos de acesso à terra, trabalho e ^{MORADIA} casa e, porque não dizer, à concretização de sonhos por longos anos acalentados. Todavia, concretizar estes sonhos implicava transformações bastante radicais na vida e no cotidiano dos colonos. Implicava viver com pessoas, muitas delas absolutamente estranhas, que vinha de diferentes lugares, com diferentes costumes. Enfim, vivenciar experiências, rotinas e condutas totalmente novas.

Embarcar no “caminhão do governo” ~~com destino único~~ a tão sonhada “terra própria”, por tanto, significava “abrir mão” do passado, ter muita força para superar as dificuldades do presente e confiança para alcançar o próspero futuro prometido.

Como se pode perceber, Serra do Mel, torna-se um objeto de extrema complexidade por apresentar uma caracterização que exige, ~~de maneira simultânea,~~ ^{simultaneamente} para uma melhor apreensão, elementos tanto subjetivos quanto objetivos. Para os colonos, Serra do Mel revestia-se de inúmeras representações, ao mesmo tempo em que emanava ^{aspectos} e alimentava expectativas que atraíam e, até certo ponto, atemorizavam.

O Projeto de Colonização da Serra do Mel, em tempos difíceis e em uma realidade ainda mais difícil, representava: uma solução genial e fadada ao sucesso para os seus idealizadores, um devaneio, que pereceria antes do seu

término, para alguns adversários (tanto políticos quanto ideológicos). Contudo, para aqueles que seriam contemplados, o Projeto Serra do Mel configurava-se em um misto de dádiva e de “presente de grego”.

No entanto, Serra do Mel, objetivamente, constituía-se em um assentamento e como tal, trazia consigo caracteres bem genéricos²¹, que, porém, lhe conferem características bem próprias, pois cada assentamento é um **agregado heterogêneo de grupos sociais** (CARVALHO, 2003, p. 02), fator determinante para o processo de “singularização” de cada realidade em que se constitui um assentamento rural. E, independente de suas afinidades ou divergências com outros assentamentos – próximos ou distantes temporal ou geograficamente – Serra do Mel assume aspectos e elementos bastante próprios. É por tudo isso que Serra do mel nasce de diferentes formas e seu nascimento relaciona-se de diferentes maneiras com a realidade daqueles que ao Projeto de colonização estão ligados, produzindo também diferentes resultados que trazem consigo diferentes informações sobre o Projeto.

No caso do presente trabalho, que nesse capítulo visou apreender os impactos proporcionados pela chega dos colonos na vida destes, temos como resultado um misto de gratidão pela dádiva alcançada com “atordoamento” provocado pela velocidade com que este primeiro momento, e suas surpresas “positivas” e/ou “negativas”, se insere na vida dos colonos de Serra do Mel.

²¹ Enfatizamos aqui que, para denotar nossa visão de assentamento utilizamos a definição de Horácio Carvalho, que segue a seguinte lógica: “Como assentamento, enquanto substantivo, compreende-se o conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também, pelos governos estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária.” (CARVALHO, 3, p. 2003)

CAPÍTULO 3 - A CONSTRUÇÃO DE UM SONHO: A ADAPTAÇÃO DOS COLONOS A “NOVA REALIDADE”.

“(...) é preciso dizer como habitamos o nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, num canto do mundo.”

Gaston Bachelard

O Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel, durante todo o período de sua existência (de 1973, quando chegaram as primeiras famílias assentadas, a 1988, quando o Projeto deixa de ser um assentamento²² agrícola e se torna um município independente) passou por inúmeras fases que se configuravam como bastante distintas entre si. Contudo, os seus primeiros anos, para olhares mais atentos, constituem um período singular por comportar, como já citado anteriormente, o momento de maior fidelidade ao plano original, uma vez que a condução do Projeto durante esse período esteve sob o comando de seus idealizadores. Estes primeiros momentos, situam-se em nosso trabalho mais objetivamente nos momentos de instalação efetiva dos primeiros colonos e de suas famílias, e comportam o que Souza define em seu trabalho sobre o Projeto Serra do Mel como o “começo de tudo”:

“O começo de tudo, porém, foi em 1972, quando o governador Cortez Pereira assinou o decreto nº. 5866, em 13 de outubro de 1972, criando o Projeto de Colonização da Serra do Mel e do Carmo. Logo em seguida, começou a demarcação da área, o desmatamento, o plantio do cajueiro e a construção das casas

REPETIDO

²² Aqui o termo assentamento é entendido a partir da seguinte definição: “Como assentamento, enquanto substantivo, compreende-se o conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição,

da cinco primeiras vilas, as vilas Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, à época situadas em territórios de três municípios – Mossoró, Açú e Carnaubais.” (SOUZA, 1991, p. 36)

Para o desenvolvimento do Projeto, os anos mais próximos ao que havia sido previsto no plano original (ou pelo menos de maior proximidade) foram apenas os primeiros. Ressaltando-se que ao longo desse período, com relação ao que havia sido planejado para realidade prática, como já era de se esperar, ocorreram inúmeras alterações/adaptações. As alterações sofridas foram vistas pelos idealizadores do Projeto como absolutamente previsíveis, já que da teoria à prática as diferenças são sempre iminentes **INEVITÁVEIS**.

Os primeiros anos do Projeto correspondem ao período de governo exercido por José Cortez Pereira, idealizador do Projeto. Elemento, também, importante a se destacar, já que ~~já~~ no governo imediatamente posterior ao de Cortez os direcionamentos e iniciativas do governo do estado quanto ao Projeto assumem conotações bastante diferenciadas, que são determinantes com relação aos rumos deste.

A ênfase dada pelo governo seguinte, exercido por Tarcísio Maia, segue em sentido muito diferente ao seu antecessor (Cortez Pereira), tanto em relação à Serra do Mel, especificamente, quanto aos ideais e políticas agrícolas estabelecidos ao longo da gestão que o antecede. Como uma característica política do período (e não muito distinta dos tempos das assumidas pelos políticos nos dias atuais) o interesse de dar continuidade às obras de gestões anteriores não era algo representativo, e não fugindo a esta realidade o governo que sucede Cortez desacelera completamente o ritmo imprimido pela gestão anterior ~~com~~ ao Projeto de Colonização da Serra do Mel:

“... no tempo do governador Tarcísio Maia, ele empresou um pouco aqui, Serra do Mel. Ele foi um pouco carrasco para Serra do Mel (...) um amigo meu que, morava ali do outro lado da rua, ele disse: Chico eu vou embora. Eu digo: você vai Zé? Vou mim embora, rapaz o governador está dando transporte para levar

agente para onde agente quiser, para onde veio.” (Francisco Alves de Oliveira colono de Serra do Mel/Vila Paraná).

Reza
O governo Tarcísio Maia assumiu outros posicionamentos quanto ao Projeto – principalmente influenciados pelo fato de que sua ligação com ele (o Projeto) era bem diferenciada daquela estabelecida por Cortez, que por ser o idealizador do Projeto desenvolveu uma relação extremamente “paternalista” e bastante pessoal²³ com aquele – caracterizados principalmente por um interesse bem menor do que o desenvolvido pela gestão Cortez Pereira e por uma assistência técnica e financeira, além de não equivalentes às proporcionadas pelo governo anterior, bem menores e bem mais limitadas que aquelas viabilizadas ao longo da gestão Cortez Pereira.

Segundo autores, como Aécio de Souza, surgem “muitos” que durante o governo Tarcísio Maia *sa ele* teciam críticas quanto ao posicionamento do governo ante o Projeto *sa ele* e que delegavam àquela gestão boa parcela da culpa pelo “descaminhos” e dificuldades ~~que este passa~~ a enfrentar após o final do governo Cortez Pereira:

“As vozes que se levantam para explicar o que está acontecendo com a Serra do Mel, fora do Movimento Sindical, principalmente as vozes inspiradas na interpretação do criador do Projeto, o ex-governador Cortez Pereira, fazem culpados a descontinuidade das administrações e, principalmente, ~~e principalmente,~~ a má vontade do governador Tarcísio Maia, que sucedeu Cortez Pereira.” (SOUZA, 199, p.136) .

Configuram-se, dessa forma, os primeiros anos do Projeto, os momentos áureos de seu desenvolvimento. Os próprios colonos entrevistados, em seus depoimentos descrevem, de maneira contundente e constante, as diferenças e

²³ Em trechos de uma entrevista do ex – governador Cortez Pereira podemos perceber elementos que revelam esse forte envolvimento pessoal existente entre e o Projeto de Colonização da Serra do Mel: “Na fase inicial cheguei a ficar nervoso. Ora, eu tinha iniciado uma verdadeira operação de guerra (...) Como se vê, não é possível faltar dinheiro depois de iniciado um trabalho de tal dimensão(...) Os ministérios começam a retardar as liberações. Eu entrei em pane até o momento de uma lúcida loucura: autorizei, por escrito, ao BANDER, Banco do Estado acatar as ordens emitidas pelo Projeto (...) Irresponsabilidade? (...) Eu respondo: risco conscientemente assumido, por uma devoção e amor, ante a certeza de que, sem esse risco, o grande investimento morreria antes de nascer.” (ARAUJO, 1983, p.242)

a radical mudança que marcou o final do governo Cortez Pereira e o início do governo Tarcísio Maia, para a realidade da Serra do Mel e de seus colonos:

“Aqui só teve uma época ruim, que foi na época que tiraram o velho Cortez Pereira, ele não findou o mandato... e ai tiraram ele, e entrou Tarcísio Maia, ai foi ruim... mais muito ruim. No tempo do velho formou-se essas cinco vilas (...) e deu assistência, porque tinha COBAL ali. Agente não tinha produção só de feijão, os tratores da CIDA aravam a terra todinha, as plantadeiras plantavam, ninguém sabia quanto custava, nem nada.”
(Francisco Pinto de Oliveira colono de Serra do Mel/Vila Paraná)

Assim sendo, os primeiros momentos (ou seja, a parte de implementação do Projeto que ocorre ao longo da gestão Cortez Pereira) revelam – tanto com relação a parte estrutural (ligada a intervenção governamental) quanto a parte prática (ligada a realidade efetiva dos colonos assentados) – aspetos bem peculiares e bem mais próximos daquilo que havia sido idealizado dentro dos planejamentos originais. É, portanto, a partir deles que buscamos captar os impactos do Projeto de Colonização da Serra do Mel na realidade dos colonos assentados.

Os primeiros anos comportam o ponto de partida, o “nascimento” de uma “nova vida” para os colonos – para muitos uma espécie de “marco zero” – já que haviam deixado para trás tudo (amigos, conhecidos, familiares, terra natal, “minguados” bens dentre outras coisas) que anteriormente haviam possuído. ^{*} A partir do momento que chegaram a Serra do Mel, iniciou-se um minucioso processo tanto de reconstrução de muito “do que ficou para trás” quanto de construção/estruturação de elementos “novos” indispensáveis à condução da “nova vida”. A compreensão desse processo pode ser facilitada ao incorporamos a perspectiva de Carvalho:

“Nesse espaço físico, uma parcela do território rural, plasmar-se-á uma nova organização social, um microcosmos social, quando o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem terra passarem a apossar-se formalmente dessa terra. Esse espaço físico transforma-se, mais uma vez na sua história, num espaço

econômico, político e social (...) Enfim [os colonos assentados e suas famílias] encontrar-se-ão face a face num determinado momento da história das suas vida, e em determinado espaço físico, e necessitarão fazer dele um espaço econômico, político, social e ambiental onde possam reproduzir seus meios de vida e de trabalho, constituir formas de governo localizadas e, mais, realizar os seus sonhos.” (CARVALHO, 2003, p. 05)

Para os colonos a construção dessa “nova vida” no Projeto passava a se configurar em um processo que “naturalmente”, ao longo do seu transcorrer, tendia a revelar aspectos “positivos” e “negativos” que diariamente tinham que ser enfrentados, e caso fosse necessário superados, pelos colonos da Serra do Mel. Por maiores, ou mais intensos, que fossem a necessidade e o sentimento de gratidão, os problemas e adversidades cotidianas não podiam ser evitados ou simplesmente ignorados.

É a partir desse processo de construção/adaptação, ^{onde} ~~que~~ a vida cotidiana no Projeto se imprime, é que vai se desenhando a história que as lembranças²⁴ dos colonos de Serra do Mel resgatam e perpetuam.

“Esse negócio de problema às vezes acontece né, um se dá bem outro se dá mal, sei lá. Tem gente que não quer trabalhar, outros querem trabalhar. Isso aqui foi um projeto feito para se trabalhar, tinha muita gente que vinha para aqui e não queria trabalhar, e pode até ter se dado mal com a coisa.” (Gabriel Paixão da Silva colono de Serra do Mel/Vila Paraná).

Dentro da realidade cotidiana que os colonos passavam a vivenciar no Projeto, começavam a se plasmar sentimentos que se revelam, mesmo que de maneira sutil, nos relatos dos colonos e refletem diretamente na percepção dos colonos com relação à “nova vida”.

Era um misto de gratidão e de necessidade de adaptação à nova realidade. Gratidão por que os colonos se viam contemplados por uma dádiva que estava “transformando” as suas “instáveis” e “duras” vidas, ao conferir-

lhes a segurança da posse de um “pedaço de terra” e o respeito conseguido pelo “status” de proprietário. Era o início de uma nova, mais segura, respeitável e (porque não dizer) farta realidade. Tornar-se colono em Serra do Mel era ao mesmo tempo: a garantia de moradia, segurança e alimento, e, de, enfim, ser visto, ouvido e respeitado como indivíduo:

“Para os primeiros colonos, a Serra do Mel representava um sonho e um presente. O que se alardeava a seu respeito, que se teria terra, casa, vaca de leite e financiamento fácil, era sempre mais do que os candidatos a colonos achavam que podiam esperar. Era um presente. O ^o sonho lhes chegava um pouco em conseqüência da sorte e muito como mimo de um padrinho forte, influente na política.” (SOUSA, 1991, p. 35)

QUESTÃO NÃO
ABORDADA

?!

Quanto ao fator necessidade, que também, de uma certa forma, conduzia o processo de adaptação dos colonos e suas famílias ao Projeto, pode ser identificado pela seguinte lógica: o Projeto, para a maioria dos colonos, representava a única alternativa, e, para ^{ALGUNS} ~~os poucos~~ que o este não assumia essa conotação, ele representava uma oportunidade singular de melhoria na qualidade de vida. ^D Dessa maneira, a adaptação à nova realidade imposta pelo Projeto configurava-se em uma iminente necessidade, e desistir desse era uma atitude bem pouco vantajosa para a maioria dos colonos assentados:

“[com relação à diferença da vida antes e depois da chegada a Serra do Mel] ... foi de ruim pá milhó, porque se lá eu trabalhava de meia, trabalhava de teça, trabalhava em terreno arrendado; vivia correndo em comerciozinho pelo meu crédito, pela minha confiança que tinha ...” (Francisco Ferino Cabral colono de Serra do Mel/Vila Paraná).

As principais “marcas” deixadas pelo processo de adaptação na memória dos colonos de Serra do Mel revelam-se, nas entrevistas realizadas,

²⁴ “A lembrança é uma tradução individual, enraizada em múltiplas camadas de experiências sociais, que emerge através de uma linguagem. Assim, cada memória pessoal é uma perspectiva da memória coletiva”. (MALUF, 1995, p.43)

de maneira sutil e em proporções bem pequenas, contudo, bastante significativas. Elas se revelam tanto em elementos concretos como em abstratos, e surgem como construções cotidianas, tanto em pequenos elementos quanto em grandes e expressivos aspectos da vida dos colonos e de suas famílias.

“A água eu juntei um pessoal aqui e encanei nas casas, no meio da vila, cavamos as valas, fiz um mutirão aqui com pessoal. Chamei eles, digo vamos encanar a água em nossas casa, eles disseram vamos. Ai nos unimos todos e encanamos. Essa vila foi nos todos que encanamos, num foi a CAERN não.” (Gabriel Paixão da Silva colono de Serra do Mel/Vila Paraná).

Constituem, deste modo, os mais expressivos elementos identificados nos relatos dos colonos – e que por sua vez se revelam como os mais contundentes impactos descritos nas narrativas sobre os primeiros momentos dos colonos na Serra do Mel – os seguintes: a efetivação da posse da terra e seus efeitos simbólicos e concretos; o confronto com as primeiras dificuldades práticas com relação ao Projeto; e por fim, o deslumbramento provocado pelo “novo” – este último compreendendo tanto a nova vida ~~no~~ como o novo status social que o colono passava a incorporar como proprietário.

O primeiro elemento sobre o qual “debruçaremos” nossa atenção é a efetivação da posse terra e seus efeitos objetivos e subjetivos, por este representar o mais incisivo e contundente efeito, percebido por nós, nas narrativas dos colonos em relação ao tema.

Ao rememorar os primeiros anos no Projeto, a maioria dos colonos entrevistados aponta o fato de deixar de “trabalhar para os outros” e passar a “trabalhar para si próprio” - somado ao fato de (“ter crédito na praça”) ter direitos e “status de proprietário” – como o aspecto mais marcante de sua “nova vida” em Serra do Mel. Ao descreverem os primeiros momentos, relatam as vantagens adquiridas pelo fato de se tornarem colonos de Serra do Mel ligando-as, observamos mais uma vez, a aspectos objetivos e subjetivos.

Objetivos: a nova condição de colono lhes garante, moradia e sustento baseado naquilo que é do colono, ou seja, sua própria terra. As vantagens, por

eles destacadas, que refletem aspectos subjetivos, estão ligadas a nova forma que o colono passa a se perceber e a perceber a sua relação com os “outros”. Ele, agora, como proprietário passa a se sentir um indivíduo com direitos e deveres, e, com relação aos “outros”, passa a ser percebido e, ainda mais importante, respeitado.

Voltando-nos, agora, para o segundo elemento (confronto com as dificuldades iniciais) podemos perceber que este é bastante ofuscado, tanto pelo primeiro (a posse da terra) e pelo terceiro (o deslumbramento provocado pelo “novo”) quanto pelo sentimento, anteriormente já referido, que os colonos manifestam em relação à Serra do Mel, que confere a esta um sentido de dádiva, que como tal, de forma alguma deveria ser criticada. Contudo, existem sempre aqueles problemas iniciais que de tão expressivos sempre se revelam, mesmo que sutilmente:

“... na palestra tudo é muito fácil na prática é que dá negativo um pouco, não um tudo, mas tem e dá negativo um poço. Porque totalmente quando agente chegou educação não estava bem boa, a saúde e também como eu disse... quando adoecia uma pessoa saia diretamente daqui pra Mossoró (...) Quando depois agente era financiado pela CIDA. A CIDA financiava quando muito queria, quando muito podia e ... você sabe firma, num era essas coisa. Eu achei totalmente diferente, que era pá diretamente como eles prometerão, agente ia ter uma linha de crédito no Banco do Brasil para fazer seus trabalhos, fazer seus negócios (...), mais foi muito diferente, ai foi.” (Francisco Alves de Oliveira colono de Serra do Mel/Vila Paraná).

Dentre esses problemas incluem-se ^{DIFICULDADES} ~~faltas~~ na estrutura básica, que, pelos impactos provocados e pelos transtornos gerados por sua ausência, marcaram o processo de adaptação dos colonos na Serra do Mel, mas que não aparecem em todas as narrativas, ~~mas apenas em algumas~~. Nas entrevistas em que os colonos destacam a existência de dificuldades iniciais concretas, estes citam a falta de fornecimento de água e de energia elétrica, somada à debilidade de algumas estruturas, tais como escolas e postos de saúde, como os mais relevantes transtornos.

Contudo, o que nos foi possível perceber através da narrativa dos colonos é que mesmo estes aspectos, ^{que tomaram} tendo tomado os primeiros momentos bastante complicados, o "encanto" e a "atração" exercidos pela ~~da~~ Serra do Mel não diminuíram, uma vez que, perder a oportunidade de viver na Serra do Mel, ou não tê-la, seria para os colonos bem pior ^{do} que superar os problemas que nela surgiam cotidianamente.

A lógica, ^{da} dádiva, que permeava a "nova realidade" dos colonos de Serra do Mel, ^o nos conduz ao último dos elementos (o desiumbramento provocado pelo "novo"), o qual identificamos como ^{o DE MAIOR} detentor dos mais expressivos impactos ^M dos primeiros anos na Serra do Mel. A grande maioria dos colonos [?] via impulsionada pela necessidade de sobreviver, de "garantir o pão de cada dia" e de assegurar um bem que ^{PODESSE} possa permanecer na família, elementos, anteriormente, muitas vezes conquistados com esforço sobre-humano em condições extremamente difíceis – e até mesmo humilhantes – por pouco tempo e com pouca estabilidade.

"Eu trabalhei um ano arrancado toco, brocado mato, queimando e levando sol e sereno. Agente suportou tudo isso. Depois chegou doutor Leon... ele disse: quem é que quer se alistar para vir ganhar um lote na Serra do Mel? Até propriamente eu ignorei. Como é que o governo faz um projeto desse tamanho, uma roça desse tamanho, quando acaba para dá pra ninguém... eu até ignorei, achei muito né?!" (Francisco Ferino Cabral colono de Serra do Mel/Vila Paraná).

Receberam Toda essa realidade transformava-se no momento de chegada do colono. Passavam a ter crédito para compra ^{de} de alimento e produtos para suprimentos das necessidades da família e da unidade de produção – que é a lógica que permeia a agricultura familiar a qual, a partir da chegada em Serra do Mel, passaram a se incluir efetivamente. Nesse lugar, são tratados com respeito e consideração, ^{tem} os seus problemas ouvidos a sensação de empenho dos responsáveis na busca de soluções. Receberam uma casa nova e "abarrotada" de grãos de feijão, terras já arada e cultivadas. O que vinha pouco e com muito esforço – dificuldades de outrora – era dado de bom grado:

“... eu cheguei aqui, mais ou menos, de quatro da manhã, de quatro, para quatro e meia da manhã eu cheguei aqui na Serra do Mel, no outro dia de manhã fui lá no escritório ... de lá pra cá num mim faltou mais nada.” (Francisco Alves de Oliveira colono de Serra do Mel/Vila Paraná).

Então, como não achar a Serra do Mel um “paraíso na terra”, como criticar seus “pequenos” problemas, ^{IGNORANDO} ~~como não ignorar~~ as primeiras dificuldades? Contudo, acima de todas as vantagens materiais que o Projeto de Colonização da Serra do Mel proporcionou aos primeiros colonos assentados, são alguns elementos simbólicos que aparecem com maior ênfase no ^{seu} discurso ~~daqueles~~. Para os colonos de Serra do Mel, mais do que ter algo a nova vida significou passar a ser alguém.

As benesses materiais que a Serra do Mel proporcionou aos colonos não foram poucas. Mesmo não correspondendo a tudo que havia sido prometido, era mais do que muitos colonos poderiam provavelmente alcançar durante toda sua vida. Assim sendo, bem mais do que ^{NATURALMENTE!} ~~fisicamente~~ a Serra do Mel constituía ou proporcionava, enraizou-se na memória dos colonos o que ela representou. Assim, entendemos que este último elemento (associado aos dois primeiros), que aparece no discurso dos colonos entrevistados, fecha, destarte, o quadro que descreve os mais expressivos impactos do Projeto de Colonização de Serra do Mel sobre a realidade dos colonos assentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel surgiu no Rio Grande do Norte no início dos anos setenta, por iniciativa do governador José Cortez Pereira, para se adequar aos novos posicionamentos assumidos pelo governo federal quanto às políticas públicas voltadas para o setor rural. Sua idealização e implementação inicial foram extremamente rápidas, apesar das ousadas metas e estruturas que o compunham. Essa ação na Serra do Mel fazia parte de um programa do governo estadual com o intuito de dinamizar o setor agrícola. Do programa apresentado pelo governo Serra do Mel foi o que mais incentivos recebeu para a sua efetivação. Esses aspectos peculiares inerentes ao Projeto nos conduziram a indagação que norteou nosso trabalho: qual o impacto desse ousado Projeto na vida cotidiana dos colonos assentados?

A partir de um levantamento inicial de trabalhos relacionados ao tema (Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel) mapeamos os principais estudos desenvolvidos e informações existentes sobre o Projeto. Com base no material recolhido, partimos para a pesquisa de campo que desenvolvemos na Vila Paraná – primeira vila colonizada, ^{o que?} dentre as 22 previstas constantes no Projeto original. Apesar da resistência dos colonos em conceder as entrevistas, quando “se viam” diante do gravador e da eminência de ter que registrar (“no papel”) oficialmente o depoimento prestado, conseguimos realizar sete entrevistas, dentre as quais cinco nos foram concedidas formalmente.

Nossos estudos nos permitiram estabelecer a distinção de dois momentos principais de captação dos mais expressivos impactos do Projeto na vida dos colonos e de suas famílias: a chegada e os primeiros momentos de adaptação.

O primeiro deles, “a chegada”, foi marcado pelas transformações geradas a partir do deslocamento dos colonos para a Serra do Mel. Na chegada o imaginário do colono estava permeado de sonhos que a “nova vida” poderia tornar realidade. Todavia, com base nas narrativas orais, percebemos que os colonos sentiram, de maneira bastante intensa, a força do contraste entre a vida “antes” e “depois” do Projeto. Os tempos de privações,

dificuldades, e até mesmo humilhações, que o colono tinha que suportar para garantir moradia e sustento para si e para a sua família se tornam passado, assim como certos laços e costumes anteriores, já que foram deixados para trás: a antiga casa, os antigos amigos, vizinhos e até mesmos parentes distantes. Começava, então, uma “nova vida” em uma nova casa, com novos vizinhos e novas relações/regras sociais de convivências a serem construídas e aprendidas.

Já o momento identificado como “os primeiros anos dos colonos no Projeto” caracteriza-se como um período de conflitos, entre o sentimento de gratidão pela dádiva (que representa a Serra do Mel) e as dificuldades impostas “pela nova vida”. Após chegar à Serra do Mel, o colono passa a conviver com as dificuldades impostas pelas limitações práticas do Projeto. A falta de água, de energia elétrica, estrutura de educação e saúde, provocavam o sentimento de frustração que contrastava com o sentimento de gratidão por ter sido “presenteado” como um lote na Serra e pelas inúmeras outras vantagens advindas da “nova vida” no Projeto. O colono era grato por ser “presenteado” com lote de terra, mas se via frustrado com as condições “reais” a que se via submetido.

Após a identificação destes dois momentos, e de sua posterior análise, foi-nos possível perceber que os principais impactos do Projeto na vida dos colonos assentados assumiam conotações objetivas e subjetivas.

Ao obter a **posse objetiva da terra** os colonos encontram a tão almejada estabilidade, que produziu reflexos concretos e simbólicos. Imagetivamente o colono começa se sentir “fincando raízes” a partir do momento em que passa a viver e trabalhar “no que é seu”. Do ponto de vista concreto, o Projeto garante ao colono moradia, sustento e acesso a crédito para despesas familiares e a financiamentos para produção agrícola.

Por outro lado, ~~se~~ tornar colono da Serra do Mel representa a conquista de respeito e visibilidade – o colono passa se sentir parte de algo, que ao mesmo tempo em que lhe confere a garantia de posse, lhe confere a identidade de proprietário.

A percepção do confronto com as primeiras dificuldades práticas impostas pela “nova” realidade foi amenizada, e até certo ponto quase que

totalmente ofuscada, pela aquisição da tão almejada “terra própria” e pelo “deslumbramento” com conquistas alcançadas a partir da chegada à Serra do Mel. Não obstante ~~a~~ essa realidade, dificuldades tais como problemas com a ausência de infra-estrutura básica (água, luz, hospitais e escolas) aparecem nas narrativas de alguns colonos como traços inerentes, difíceis de serem ignorados, à “nova realidade” do Projeto. Contudo, as lembranças relativas aos primeiros momentos no Projeto são marcadas pelo signo da dádiva. Era o alcance, através da iniciativa caridosa de um “bom homem”, de sonhos e privilégios, para muitos de obtenção quase impossível.

Os três aspectos acima citados aparecem nas narrativas dos colonos, em maior ou menor intensidade, contudo, o primeiro e o terceiro são os que aparecem de maneira mais enfática, revelando, dessa forma, que os mais expressivos impactos do Projeto, ou seja, aqueles que deixaram “marcas” mais profundas na memória dos colonos, são aqueles de caráter simbólico.

Serra do ~~Mel~~ não aparece nos relatos dos colonos dissociada de seus problemas e limitações, entretanto, estes se tornaram pequenos diante das singulares conquistas advindas pelo fato de se tornarem colonos de Serra do Mel. A conquista de um “lugar no mundo”, sua própria terra, e ainda mais que isso, passar a ser alguém ouvido e respeitado.

Reconhecendo que a relação do “homem do campo” com a terra além de seu aspecto econômico (ou concreto) assume de maneira extremamente intensa aspectos simbólicos, que, como defende Bachelard, relacionam-se com sensações tais como ~~o~~ estabilidade, segurança, abrigo e proteção, entendemos que dentre os mais expressivos impactos do Projeto Serra do Mel na vida dos colonos assentados os que mais se destacam perfazem o plano simbólico da vida cotidiana.

Dessa forma, procuramos ao longo do presente trabalho compreender as peculiaridades da experiência do Projeto Serra do Mel. Nosso intuito foi apreender os mais expressivos impactos desse Projeto na vida cotidiana das famílias assentadas. Acreditamos ~~ter~~ alcançado esse objetivo contribuindo para os estudos sobre a temática e despertando novas inquietações. Tudo isso nos conduz a sensação de dever cumprido.

REFERÊNCIAS:

Bibliografia:

1. ANDRADE, Manoel Correia de. **O planejamento regional e o problema agrário no Brasil**. São Paulo: UCITEC, 1976.
2. ARAÚJO, José Cortez Pereira de. **Entrevista concedida a Carlos Lyra**. Rio Grande do Norte. 24 jan. 1983.
3. BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
4. BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneais do repouso**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
5. BAUDRILLARD, Jean. Estruturas do Arranjo: Meio Ambiente Tradicional .In: **O Sistema dos Objetos**. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
6. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
7. CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: DIFEL, 1972. (Coleção Corpo e Alma do Brasil) vol.XXXV.
8. CARVALHO, Horacio Martins de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>> Acesso em: 19 de maio de 2003.
9. CARVALHO, Inaíá Maria Moreira de. **O nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional**. São Paulo: HUCITEC; [S.L.]: SUDENE, 1987.

10. CARVALHO, Otamar de. **A economia política do nordeste: secas, irrigações e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1988.
11. CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001
12. CERTEAU, Michael de, et alli. **Espaços privados.** In: **Invenção do Cotidiano: 2 morar e cozinhar.** Traduzido por Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 2.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.
13. CHALOUT, Yves et alli. **Experiência em desenvolvimento rural integrado no nordeste brasileiro.** Natal, 1980. (Acervo da Biblioteca da Secretária Estadual de Agricultura).
14. FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. **Projeto de vilas rurais e desenvolvimento da cultura do caju.** Natal, CEPARN, [S.D.].
15. IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
16. LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e reforma agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção Retratos do Brasil, v. 164)
17. MALUF, Mariana. **Ruídos da memória.** São Paulo: Siciliano, 1995.
18. MATTA, Roberto da. **A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** 5.ed. Rio de Janeiro: Rocca, 1997.
19. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral.** 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
20. PACHECO, Cleudia Bezerra, et alli. Projeto Serra do Mel. **Entretextos.** Natal, n. 4, p. 5-39, 1986.
21. RODRIGUES, Domingos Benedetti. **Propriedade rural familiar no Brasil: espaço de conquista da cidadania.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001. (Coleção Trabalos Acadêmicos Científicos. Série Dissertações de Mestrado)

22. RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Míriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis” ? As relações de gênero nos assentamentos rurais.** Brasília: UNESCO, 2000.
23. SOUSA, Aécio Cândido de. **Para além do acesso a terra: representações sociais, condição camponesa e ação política dos colonos da Serra do Mel-Rn.** Campina Grande: UFPB, mestrado em sociologia, 1991. 281p.
24. SZMRECSÁNYI, Tomas; SUZIGAN, Wilson (orgs). **História econômica do Brasil contemporâneo.** 2. ed. Rev. São Paulo: UCITEC, 2002.
25. TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e *ethos* camponês.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
26. TINOCO, Dinah dos Santos. **Formação Evolução e Crise do Planejamento Estadual no Rio Grande do Norte (1961-1990).** *Vivência.* Natal, v.7, n. 1, p. 107-124, Jul/dez. 1993.

Entrevistas:

1. CABRAL, Francisco Ferino. **Entrevista concedida a Lóidy P. de Lima.** Rio Grande do Norte, 15 de mai. 2003.
2. OLIVEIRA, Francisco Alves de. **Entrevista concedida a Líllyan P. de Lima.** Rio Grande do Norte, 15 de mai. 2003.
3. OLIVEIRA, Francisco Pinto de. **Entrevista concedida a Líllyan P. de Lima.** Rio Grande do Norte, 15 de mai. 2003.
4. SILVA, Gabriel Paixão da. **Entrevista concedida a Líllyan P. de Lima.** Rio Grande do Norte, 15 de mai. 2003.
5. SILVA, Manoel Noel da. **Entrevista concedida a Líllyan P. de Lima.** Rio Grande do Norte, 15 de mai. 2003.
6. SOUSA, Aécio Cândido de. **Entrevista concedida a Líllyan P. de Lima.** Rio Grande do Norte, 15 de mai. 2003.

Anexos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu AÉCIO CÂNDIDO DE SOUSA,
(nome completo)
brasileira, solteiro, professor, CPF nº. 130 795 814-15
(nacionalidade) (estado civil) (Profissão)
Carteira de Identidade nº. 172.292, emitida pelo SMC-RN, domiciliado e
residente à rua Sta. Cecilia, 69 - MOSAÚ - RN

declaro ceder a **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei graduanda Líllyan P. de Lima, estudante daquela instituição regularmente matriculada no curso de História sob a matrícula nº. 991917-1, no município de MOSAÚ, RN, na seguinte data 15/5/03.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Mosaú, 15 de maio de 2003.

Local, data.

Aécio C. de Sousa
(Nome do depoente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA,
(nome completo)
BRASILEIRO, CASADO, AGRICULTOR, CPF nº. 150.380.764-91
(nacionalidade) (estado civil) (Profissão)
Carteira de Identidade nº. 295.983, emitida pelo SSP/RN, domiciliado e
residente VILA PARAWÁ, CASA Nº 21 - SERRA DO MEL, RN

declaro ceder a **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei graduanda Lillyan P. de Lima, estudante daquela instituição regularmente matriculada no curso de História sob a matrícula nº. 991917-1, no município de SERRA DO MEL, na seguinte data 16 DE MAIO DE 2003.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

SERRA DO MEL/RN, 16/05/2003

Local, data.

Francisco Alves de Oliveira

(Nome do depoente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu GABRIEL PAIXÃO DA SILVA
(nome completo)
BRASILEIRO, CASADO, AGRICULTOR, CPF n.º _____
(nacionalidade) (estado civil) (Profissão)
Carteira de Identidade n.º _____, emitida pelo _____, domiciliado e
residente VILA PARANÁ, CASA 26 - SERRA DO MEL/RN

declaro ceder a **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei graduanda Lillyan P. de Lima, estudante daquela instituição regularmente matriculada no curso de História sob a matrícula n.º 991917-1, no município de SERRA DO MEL, na seguinte data 16 DE MAIO DE 2003.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

SERRA DO MEL/RN, 16/05/2003

Local, data.

Gabriel Paixão da Silva

(Nome do depoente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu MANOEL NOEL DA SILVA,
(nome completo)
BRASILEIRO, CASADO, _____, CPF nº. 136.879.134-49
(nacionalidade) (estado civil) (profissão)
Carteira de Identidade nº. 359.170, emitida pelo SSP/RN, domiciliado e
residente VILA PARANA, CASA 30 - SERRA DO MEL/RN

declaro ceder a **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei graduanda Lillyan P. de Lima, estudante daquela instituição regularmente matriculada no curso de História sob a matrícula nº. 991917-1, no município de SERRA DO MEL/RN, na seguinte data 16 DE MAIO DE 2003.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

SERRA DO MEL/RN, 16/05/03

Local, data.

Manoel Noel da Silva

(Nome do depoente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu FRANCISCO PINTO DE OLIVEIRA
(nome completo)
BRASILEIRO, CASADO, AGRICULTOR, CPF n.º 146.216.144-87
(nacionalidade) (estado civil) (profissão)
Carteira de Identidade n.º 1.255.718, emitida pelo SSP/RN, domiciliado e
residente VILA PARANA, casa 35 - SERRA DO MEL/RN

declaro ceder a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei graduanda Lillyan P. de Lima, estudante daquela instituição regularmente matriculada no curso de História sob a matrícula n.º 991917-1, no município de SERRA DO MEL, na seguinte data 16 DE MAIO DE 2003.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

SERRA DO MEL/RN, 26/05/2003

Local, data.

Francisco Pinto de Oliveira

(Nome do depoente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu FRANCISCO FERIND CABRAL
(nome completo)
BRASILEIRO, CASADO, _____, CPF nº. _____
(nacionalidade) (estado civil) (Profissão)
Carteira de Identidade nº. _____, emitida pelo _____, domiciliado e
residente SERRA DO MEL/RN (VILA PARANÁ CASA 30)

declaro ceder a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a graduanda Lôidy P. de Lima, estudante daquela instituição regularmente matriculada no curso de Ciências Sociais sob a matrícula nº. 991437-4, no município de SERRA DO MEL, na seguinte data 15/05/03.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

SERRA DO MEL 15 105103

Local, data.

Francisco Ferindo Cabral

(Nome do depoente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Data: ____/____/____

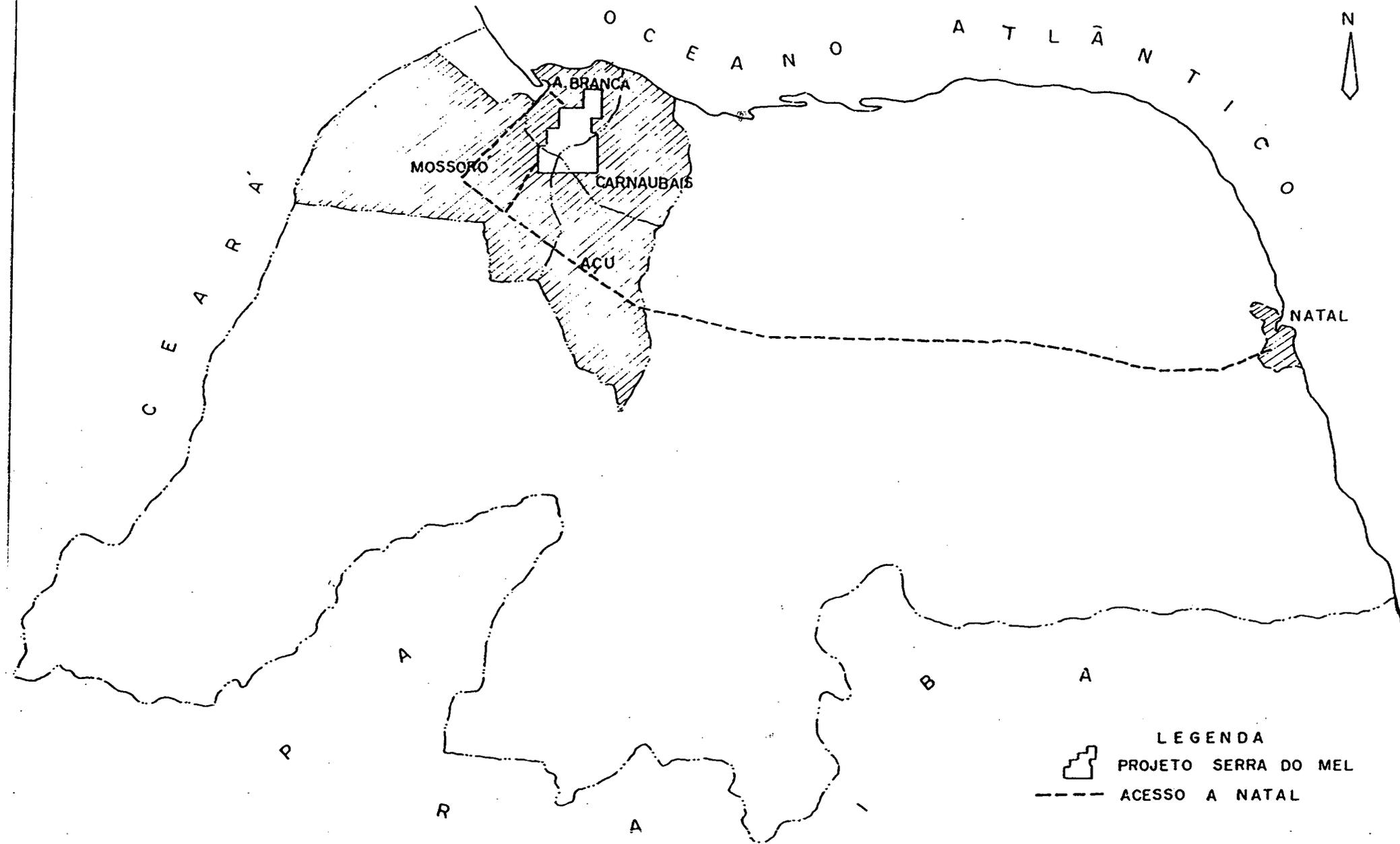
ROTEIRO DE ENTREVISTAS

(Roteiro direcionado aos Colonos)

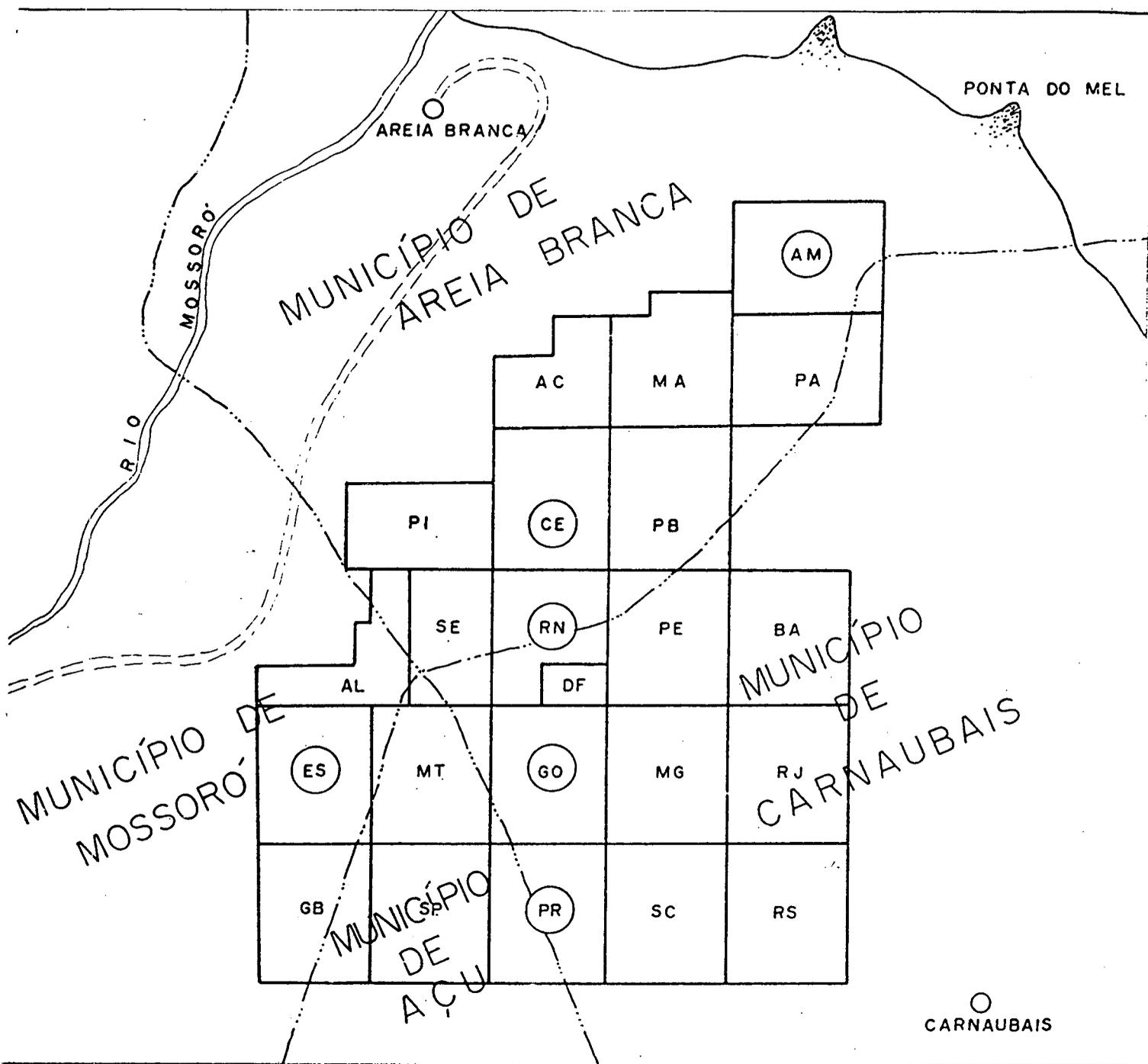
1. Qual seu nome completo e quantos anos você têm?
2. Em que ano você chegou o que te trouxe a Serra do mel?
3. Onde você morava antes de vir para o Projeto e por que resolveu sair de lá e mudar-se para a Serra do Mel?
4. Como você e sua família entraram para o Projeto? Outras famílias entraram dessa forma?
5. Todas as famílias desta vila chegaram na mesma época?
6. Nas famílias que vieram no mesmo período que a sua haviam pessoas (amigos ou vizinhos antigos) que você conheceu antes de chegar ao projeto?
7. Houve alguma preparação ou lhes deram instruções ou informações sobre o projeto antes de sua família, e das outras famílias escolhidas para participar do projeto, serem efetivamente instalados em Serra do Mel?
8. Você sabia, antes de chegar a Serra do Mel, em que consistia o projeto e quais eram as suas finalidades?
9. E quando você chegou ao projeto era semelhante ao que lhe disseram ou ao que você imaginava que ele seria?
10. Você achou a realidade do projeto muito diferente do que você havia imaginado antes de chegar?
11. Diferia muito de lugares anteriores onde você morou? Em quê?

12. Na casa, no lote e na vila como um todo o que você achou de bom e de ruim? Eram muito diferentes do que você estava acostumado?
13. Em que aspectos sua vida mais se alterou depois que você veio para Serra do Mel?
14. Quais foram os principais problemas e dificuldades iniciais?
15. Quanto tempo levou para superar os problemas e dificuldades iniciais e a situação se "normalizar"?
16. Quais as principais dificuldades que Você e sua família tiveram para se adaptar?
17. Quais as principais vantagens e desvantagens da nova vida no projeto? O que mudou? O que melhorou e o que piorou?
18. Depois que você chegou a Serra do Mel você demorou muito para se sentir em "casa"? Porque?
19. Como foi o início da convivência com as outras famílias? Quais os principais problemas e como eles foram solucionados?
20. Você conhece pessoas, que chegaram na mesma época que você, que desistiram do projeto e foram embora?
21. Sabe os motivos que levaram pessoas a desistirem e irem embora de Serra do Mel?
22. E você, por que permanece até hoje em Serra do Mel?
23. Da época em que você chegou até os dias atuais quais foram as principais mudanças (para melhor ou para pior) em Serra do Mel?
24. Como você definiria a Serra do Mel, e a relação que você tinha com ela, quando você chegou? Qual a diferença entre daquela definição e daquela relação para as que você tem hoje?

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



LEGENDA
 PROJETO SERRA DO MEL
 ACESSO A NATAL



FONTE: PACHECO, Cludia Bezerra, et alli. Projeto Serra do Mel. Entretextos. Natal, n. 4, p. 5-39, 1986.